

O Estado na globalização

Ao longo da História a humanidade parece imitar um camaleão. Destrói, transforma, cria e recria conceitos, significações e estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais, adaptando-se às novas realidades materiais por ela mesma engendradas. Assim o foi na Antigüidade, na época Medieval, na Modernidade e na Contemporaneidade. Estruturas, valores, crenças e racionalidades foram destruídas, diabolizadas, recriadas, divinizadas junto a formas inéditas e variadas de produzir, pensar e agir.

A Pós-modernidade, a Era do capitalismo global traz consigo uma infinidade de processos, fenômenos nunca imaginados pelo homem, a não ser no terreno da ficção científica. Perceba-se a emergência e consolidação da Terceira Revolução Industrial, que a tudo e a todos atinge, com maior ou menor intensidade. A evolução tecnológica atual não encontra precedentes na História, seja pela sua dinâmica, seja pela amplitude de seu alcance e seus múltiplos usos. A evolução nas comunicações e nos transportes, tornando-os mais ágeis, eficientes e oferecedores de inúmeras possibilidades, acarreta uma intercomunicação em escala global – via Internet, por exemplo – e uma compressão dos espaços territoriais e do tempo radicalmente nova, em função principalmente da velocidade. A circulação de capitais, informações, pessoas, culturas e tecnologias torna-se uma constante no processo de globalização. É evidente que estas são questões discutíveis: quem tem acesso a essas tecnologias? Há uma livre circulação de pessoas? Como este não configura o cerne deste trabalho não nos aprofundaremos na questão, recomendando para maiores esclarecimentos a obra *Por Uma Outra Globalização* de Milton Santos.

No novo contexto material, o mundo globalizado, onde a característica proeminente é a fluidez, formas tradicionais de produção, de relacionamento pessoal e interpessoal, de manifestação cultural, de economia e de política são debatidas, rebatidas e recriadas priorizando-se novas formas, inerentes, dependentes e resultantes do processo de globalização. Este é o caso do Estado Nacional, tido cada vez mais como um ator arcaico, condenado à extinção face o advento da economia informacional e da sociedade global. O Estado já não possui fronteiras plenamente físicas, não consegue controlar os fluxos de capitais, pessoas e informações. É atacado pelos ditames de um mercado voraz, obrigando-se a adaptar sua política de acordo com os interesses das empresas globais. Interesses estes racionalmente orientados pela lógica consumista, que ignora valores como a ética, a solidariedade e a seguridade social. Assiste-se a uma desvalorização do humanismo, da política como meio emancipatório e do Estado como instituição capaz de promover a realização concreta de demandas sociais. Porém, persiste a discussão acerca do Estado Nação e sua relação com o mercado global. Estaria este último no centro do poder decisório, capaz de ditar as políticas estatais ou vice-versa? A resposta, inexoravelmente, será não para ambos os casos. Se a questão reside em encontrar um pólo hegemônico, este com certeza recairá nos fluxos – incontroláveis – conforme nos elucidam Castells (1999) e Nogueira (2004).

A questão primordial parece-nos residir na forma como o Estado Nação está disposto e preparado para interagir no espaço de fluxos da globalização com o mercado. Se vai adotar uma postura passiva, submissa aos interesses das empresas globais; ou ativa, soberana adaptando os novos fenômenos da globalização à sociedade nacional e vice-versa.

Neste breve trabalho procuraremos evidenciar a forma corriqueira de ação dos Estados Nacionais no contexto da globalização, salientando que esta forma de agir decorre de uma ideologia dominante, mas que, paralelamente, já encontra opositores. A partir disso, pretendemos destacar a nova função do Estado Nação no mundo globalizado, distante das funções do Welfare State e do Estado Neoliberal. Para atingir de forma mais elucidativa o proposto, partiremos de breves referências ao Estado Keynesiano e sua reforma nos anos 1980-1990, ou seja, o Estado Neoliberal, e como ambos são inconcebíveis como modelo para uma reorientação do Estado Nação na realidade material atual. Autores como Milton Santos, Anthony Giddens e Marco Aurélio Nogueira fornecem bases sólidas para esta reorientação do Estado Nação no mundo globalizado.

De meados da década de 1930 à início dos anos 1980 o Estado Keynesiano ou Welfare State, edificou-se, consolidou-se e entrou em colapso. Edificou-se em uma sociedade atingida pela Grande Depressão, necessitando apresentar seguridade e possibilidade de prosperidade para fazer frente aos fantasmas do Fascismo e do Comunismo. Consolidou-se com um amplo programa de reformas sociais, controle da economia, e agigantamento das instituições estatais. Porém, o Estado Keynesiano, nas décadas finais do século XX entrou em colapso, seja pela sua incompatibilidade com os novos fenômenos do capitalismo global, como o advento cada vez mais crescente do capital volátil, seja pela sua ineficácia gerencial. O fato é que processou-se uma reforma do Estado Keynesiano procurando ajustá-lo ao mundo globalizado.

Esta reforma empreendida na década de 1980 apontou o fracasso do Welfare State como resultante de uma incompatibilidade fiscal, ou seja, um déficit de recursos. Para corresponder aos anseios da nação o Estado aumentava sua máquina administrativa, os aparatos estatais, e arrecadava impostos que deveriam ser revertidos em benefícios sociais. Assim, criava-se uma estrutura de dependência da nação em relação ao Estado. Dependência esta que mostrava-se plenamente justificável nas sociedades tradicionais da modernidade. O Estado Keynesiano aproximava-se da órbita socialista, ao menos a de via reformista, conforme nos demonstra Giddens (1999).

Porém, o Welfare State fracassou. Fracassou menos pela questão fiscal, capacidade de administrar e sustentar um gigantesco aparato estatal e sua assistência previdenciária, do que pelas novas e múltiplas mudanças sociais do mundo da globalização. A forma como o Estado Keynesiano preocupava-se em assegurar a seguridade social baseava-se na concepção de risco externo. Jamais trabalhou para prevenir os eventos indesejáveis, dependendo recursos vultuosos para saná-los no momento em que se concretizassem. É o caso, por exemplo, da saúde. Investia-se e investe-se na edificação de hospitais e mecanismos de auxílio público. Uma política voltada para o indivíduo, uma política da vida, educando-o e orientando-o a uma mudança de hábitos poderia reduzir o índice de contração de enfermidades, além de ser uma política, em termos fiscais, menos onerosa para o Estado.

Uma das causas do declínio do Estado Keynesiano, portanto, pode ser apontada na forma inadequada com que direcionou os recursos para a seguridade social em um contexto material novo, globalizado, afinal:

“A maioria das medidas previdenciais, na verdade, é projetada para enfrentar os eventos depois que ocorreram, e não em sua origem – uma importante fonte do “fracasso do Estado”. (...) Não é tanto a elevação de custos, e a incapacidade de fazer frente a eles, que está em questão e sim recursos sendo organizados de formas cada vez mais inadequadas aos problemas que devem ser enfrentados”. (GIDDENS, 1996, p.175).

Diante de sua inoperância no novo contexto da globalização, tomou forma a idéia da urgência da reforma do Estado Keynesiano. A partir de um pensamento político e econômico orientado pelas empresas globais, instituições internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, e governos de países como os Estados Unidos e a Inglaterra, atacou-se e demonizou-se o Welfare State, apontando o rumo da reforma: o neoliberalismo.

As críticas ao Estado Keynesiano repousaram no seu suposto caráter perdulário, ineficiente e gigantesco. Era urgente e inevitável reformá-lo para adaptar-se à uma globalização econômica entendida como plenamente estabelecida e impossível de ser incorporada pelo Estado de acordo com os interesses da nação, ou enfrentada criticamente por ele. Assim, procedeu-se a desconstrução do Estado via privatizações, terceirizações, parcerias público-privado e desregulamentação da economia, com o objetivo de modelar um Estado menor, mais ágil e competitivo no cenário econômico da globalização.

A agenda neoliberal forneceu as bases da reforma. Houveram avanços com essa reforma ? Certamente que sim, em termos de redução dos custos das operações estatais. Mas, por outro lado, avultaram-se as desigualdades, o desemprego, a descrença na política como meio emancipatório, a redução da autonomia do Estado, além de surgirem novos movimentos sociais que não encontram respaldo na política tradicional. Talvez um importante elemento que contribuiu para que esta reforma neoliberal já nascesse fracassada tenha sido, ela mesma, a reforma apresentar como eixo principal a lógica do mercado. A idéia de que a racionalização do Estado e a diminuição das desigualdades seria obtida mediante a introdução de características gerenciais das empresas nos aparatos estatais mostrou-se, no mínimo, problemática, tendo em vista as crises daí decorrentes.

É evidente que a reforma neoliberal, assentada na racionalidade do mercado do mundo globalizado, foi apresentada de forma substancialmente diferente para a sociedade, afinal:

“Para obter maior adesão a essa proposta, acenou-se com um sedutor conjunto de promessas: abertura econômica, estabilidade monetária, desenvolvimento, emprego e renda, ascensão e melhoria de vida. Tudo movido a esforço pessoal, determinação, iniciativa. Tais promessas não se cumpriram e, ao não se cumprirem, quebraram muitas expectativas e tornaram insuportável a ausência de regulação e de proteção pública consistente. A maioria das sociedades latino-americanas foi ficando sem um Estado que as regulasse e protegesse e, ao mesmo tempo, sem expansão econômica, sem emprego e sem renda. Gravemente penalizadas, as classes médias aproximaram-se dos setores mais pobres, que cresceram em tamanho e viram sua própria pobreza se converter em dado natural, incontornável. As sociedades declinaram em termos sociais, urbanos, cívicos e políticos”.(NOGUEIRA, 2004, p.48).

Portanto, a reforma neoliberal trouxe consigo uma série de problemas sociais tornados, agora, globais. Pode-se citar como exemplo claro desta política o aumento da miséria, da fome e do desemprego, que não constituem deficiências peculiares à um ou outro Estado Nacional, mas sim problemas do mundo globalizado. A própria premissa do mercado autoregulável e possibilitador da diminuição das desigualdades entre os países e dentro destes mostrou-se insuficiente, pois:

“Acontece que a globalização em curso produz e reproduz desigualdades e antagonismos, nos quais polarizam-se grupos, classes, etnias, minorias e outros setores das sociedades nacionais e da sociedade global. Na forma pela qual está se realizando, a globalização do mundo ao mesmo tempo que integra e articula, desagrega e tensiona, reproduzindo e acentuando desigualdades em todos os quadrantes.” (IANNI, 1998, p. 145)

Este caráter negativo da reforma neoliberal, concebida para integrar o Estado Nacional no processo de globalização, pode ser atribuído, em parte, a dois vetores intrínsecos à globalização, definidos por Milton Santos como “ a tirania do dinheiro e a tirania da informação”. Permeados pela lógica do mercado, estas tiranias destroem as regras de sociabilidade e a importância da política em nível nacional e global. A própria informação atualmente é veiculada para a humanidade de acordo com o interesse mercadológico das empresas globais, que criam assim uma ideologia hegemônica

que se baseia no consumo e, para obtê-lo, a busca incessante do capital. Esta busca não se restringe aos indivíduos, mas também e principalmente estende-se aos Estados Nacionais. Nesta arena montada pelo mercado, onde o consumo está acima de tudo, a competitividade, a especulação financeira, os individualismos na área econômica (disputas entre empresas), os individualismos na área política (a prática eleitoreira dos partidos), os individualismos na área local, territorial (disputas particularistas entre as cidades), enfim, o vale-tudo pelo consumo ou ascensão econômica tornam-se ações comuns e legítimas. Como consequência os valores éticos e morais como a solidariedade decaem, tanto em nível social quanto estatal. O próprio Estado Nacional, pressionado pelas empresas globais, torna-se apolítico e sem compromisso social. Daí decorre a descrença social na política e no Estado. Conforme Milton Santos “ A política agora é feita no mercado.”

Porém, afirmar que o Estado é uma simples marionete das empresas globais e do mercado parece-nos demasiado exagero. O Estado Nacional, ao contrário do que se propagandeia com insistência, pode ser ativo e forte, soberano. Afinal é ele, o Estado, que possui as condições para regular o mundo econômico, criando espaços para a ação das empresas globais ou mesmo das instituições internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Então, a soberania de um Estado Nacional está diretamente relacionada ao modo que adota para integrar-se ao mundo globalizado.

Diante do quadro exposto, a reforma neoliberal e a sua contrapartida política e social, e as possibilidades de o Estado Nacional inserir-se no processo de globalização de forma diferenciada, abre-se a idéia de repensar o Estado Nacional no mundo globalizado, ou, em outras palavras, de se estudar uma nova reforma do Estado. Neste contexto é possível distinguir duas posturas dominantes,

“De um lado, estão os que se concentram no tema da modernização, mobilizando em seu favor a idéia de que é preciso adotar novos procedimentos gerenciais e transferir, para a sociedade civil, encargos e atribuições antes exclusivos do Estado. De outro lado estão os que se voltam para a denúncia e a resistência em nome dos direitos sociais, de uma sociedade mais justa e da mobilização dos interesses subalternos, marginalizados ou não privilegiados. Ao passo que o primeiro discurso relega os temas sociais a uma agenda futura ainda protocolar e entrega-se a uma criação institucional marcada pela rotina, o segundo deixa de pensar o Estado e não se completa com a proposição de um projeto para o país.” (NOGUEIRA, 2004, p. 52)

No entanto, atribuir ao Estado toda a carga da seguridade social representaria, simploriamente, o retorno ao Welfare State que, como demonstramos, é incompatível ao mundo globalizado. Ao mesmo tempo, imaginar que a seguridade social pode ser atribuída às empresas globais parece-nos uma utopia perversa, se levarmos em conta a lógica mercadista que rege o pensamento destas. Então, a questão primordial no contexto atual da globalização (da forma como está ocorrendo) e suas mazelas na área social, é reorientar o Estado atual para que possa integrar-se ao mundo globalizado sem distanciar-se por completo da sociedade nacional.

Estabelecer um conjunto de reformas ou programas para a reorientação do Estado Nacional não constitui nosso objetivo neste breve trabalho. Porém, a partir da realidade material estabelecida e dos exemplos do Welfare State e do Estado neoliberal, é possível deduzir procedimentos que tornem o Estado soberano, mais igualitário, mais fomentador da seguridade social e respeitável no

mundo globalizado. É preciso vislumbrar um “desenvolvimento alternativo” (Giddens) ou uma “Agenda para o futuro” (Nogueira).

Ao repensarmos o Estado Nacional na globalização, devemos partir de duas situações já materializadas e que devem ser sepultadas: 1) o Welfare State e seu programa de seguridade social não podem ser resgatados: baseado na concepção de risco externo, o sistema previdenciário deste Estado mostrou-se prejudicial à sociedade, na medida em que a torna dependente e seu beneficiário desmoralizado, sem autoconfiança já que enfatiza apenas os seus direitos, o que recebe. Sua imagem confunde-se com uma sanguessuga. Caso queiramos um sistema previdenciário, este deve trazer consigo a ênfase nos benefícios e também nas responsabilidades do beneficiário, que tornem o auxílio justo e meritório. Além disso, um sistema previdenciário baseado na concepção de risco artificial¹ implicaria que os diversos grupos criassem juntos novos hábitos capazes de reduzir as possibilidades de concretização dos riscos. Seria preciso mudar os estilos de vida, tanto de privilegiados quanto de não privilegiados, e não simplesmente esperar o auxílio estatal quando os riscos se materializassem. 2) o Estado neoliberal e sua integração passiva no mercado globalizado não pode mais ser tolerado, diante das incontestáveis perversidades que encerra tal processo, nem pode servir de modelo para uma reorientação do Estado: com a mercantilização da política, esta tornou-se obsoleta e, junto a ela o próprio Estado. Daí o discurso de extinção do Estado Nacional, já que a sociedade não crê na política como meio emancipatório nem no Estado como instituição capaz de concretizar demandas sociais. É preciso inverter esta ordem, ou seja, politizar o mercado. Somente desta forma, valores como a solidariedade poderão ressurgir. O Estado deve modernizar-se, concretizar uma gestão pública transparente - distante dos obscurecedores interesses particulares - sendo necessário para isso uma revalorização do seu servidor. A política distante da lógica do mercado deve reconduzir a uma nova ideologização dos partidos, contribuindo para valorização dela própria. Porém, para o Estado materializar-se enquanto meio de governo, de organização e de intervenção social é preciso que ajude a construir uma sociedade autônoma, autoconfiante e participativa. Para tanto, pode fomentar a construção da cidadania e da valorização da política, enfim, é preciso viabilizar “um Estado *de e para* a sociedade civil”.(Nogueira, 2004, p. 87)

Mas se rejeitamos o Welfare State e o Estado Neoliberal pelas suas inoperâncias, deficiências, qual Estado queremos ? Queremos um Estado voltado para o mercado ou um Estado atento às questões sociais? Ou não queremos Estado?

Descartando a palavra Estado é consenso que aspiramos a melhorias nos níveis de vida, como saúde, educação e emprego; queremos um desenvolvimento sustentável, não somente uma industrialização destruidora do meio ambiente e por conseguinte da qualidade e vida; procuramos por um desenvolvimento mais justo, que beneficie os mais diversos grupos sociais; buscamos ainda, uma democracia ampla e efetiva.

Para visualizar a possibilidade de realização do que julgamos que seja o mais adequado para a felicidade de todos, torna-se indispensável a conscientização de que a crise social e estatal em que vivemos é uma crise política, resultado maior dos processos de introdução dos valores mercadológicos no âmbito das políticas: estatal, emancipatória, ecológica, da vida etc... e de decisões políticas ineficazes. Corroboramos esta idéia:

“É bem verdade que o cenário está tomado pelo avanço tecnológico avassalador, pela convergência multimídia, por uma mescla de mundialização cultural e de globalização econômica. As finanças globais predominam sem controle sobre os direitos de cidadania, ainda que estes cresçam sem cessar. O capital invade tudo, impelido pela revolução digital, pelos celulares, pela Internet móvel, pelas plataformas de comércio eletrônico, por satélites, chips e cabos de fibra ótica. Dada sua própria

¹ Sobre as concepções de risco externo e artificial ver Giddens, Anthony. Para Além da Esquerda e da Direita. SP: Unesp, 1996.

natureza técnica, o jogo escapa dos mecanismos de regulação ou de interferência estatal. O próprio Estado-nação parece enfartar. Mas a essência da crise, e particularmente seus efeitos mais desastrosos sobre os povos do mundo, derivam de opções políticas, de projetos de hegemonia e dominação, de políticas governamentais concretas, que não souberam evitar a superposição de desafios nem equacionar a mudança estrutural inerente a fase atual do capitalismo. O reaparecimento catastrófico de problemas que se imaginavam resolvidos (...) decorre da incapacidade que governos, partidos e organizações tem demonstrado de se pôr a altura dos fatos e processos da mundialização do capital e da revolução tecnológica.”(NOGUEIRA, 2004, p. 89).

Então, se a crise do Estado Nacional passa pela esfera política, o que devemos procurar revitalizar é a própria política, a partir do incentivo à atividades de exercício da cidadania, como educação, debates públicos e ampliação de espaços políticos. Um Estado forte e soberano diante da nação e das nações somente poderá constituir-se a partir de um povo igualmente soberano, capaz de autodeterminação. É a partir da sociedade politicamente organizada e da ampliação das instituições estatais capazes de dialogar, discutir e atender a sociedade que podemos imaginar um Estado forte, soberano e compartilhador da seguridade social com esta mesma sociedade. Note-se que não se trata de delegar as funções sociais unicamente ao Estado, como o ultrapassado Welfare State, nem somente ao mercado, recaindo-se em um filantropismo perverso. Tampouco sobrecarregar a sociedade civil, mas sim, a partir de cidadãos conscientes e de um Estado engajado no local, territorial e, paralelamente, atento ao mercado globalizado, encontrar modelos de políticas inovadoras – tanto no que diz respeito à seguridade social quanto ao mercado – capazes de modelar reorientando um outro Estado no mundo globalizado, afinal, os meios técnicos estão à disposição em quantidade e qualidade.

CONCLUSÃO

É evidente no mundo globalizado a necessidade de reorientação do Estado Nacional, seja em seu caráter social, seja na forma como insere-se no mercado global. Uma postura passiva, submissa aos interesses particularistas, imediatistas regidos pela batuta do lucro acarreta consequências sociais catastróficas, conforme tentamos elucidar anteriormente. Um Estado ativo na área econômica e totalmente passivo quanto às necessidades sociais de seu povo já não pode mais ser sustentado. Porém, a contrapartida mais evidente ao Estado neoliberal, ou seja, o Estado Keynesiano, demonstra possuir atributos que o fizeram razoavelmente eficiente na modernidade, mas que em uma época pós-moderna, apresentam-se já ultrapassados. A idéia de repassar os encargos sociais às empresas ou à própria sociedade demonstram ser incompletos e simplistas. O que fazer então? De acordo com nossa interpretação, os problemas atuais enfrentados pelo Estado Nacional e pela sociedade decorrem, especialmente, da política. Seja pela tomada de decisões incompetentes ao longo dos anos por parte dos governos, partidos, entidades, cidadãos etc... seja por ela, a política, constituir-se em uma mera arena de interesses individuais. O modo como o Estado Nacional ingressou na globalização, mercantilizando a política acabou por torná-la, ela própria desacreditada, bárbara e selvagem. Ao torná-la desacreditada o Estado contribuiu para o distanciamento da sociedade nacional em relação ao próprio Estado, tornando-se este passível de manipulação na arena global.

Portanto, a reorientação do Estado Nacional deve partir da premissa de que é preciso revitalizar a política. Revitalizando a política, Estado e sociedade poderão juntos pensar e executar políticas novas, inovadoras, criativas, capazes de fomentar um conviver mais digno, tanto para os cidadãos quanto para o Estado Nacional no processo de globalização. Este processo de globalização, é consenso, está se realizando e é irreversível. Porém, ao mesmo tempo em que

fornece os meios para a sua realização perversa, regida pela lógica do mercado, também permite que se realize de forma diferente, afinal as técnicas da informação, os movimentos sociais, as críticas à globalização neoliberal, enfim, os novos processos configuram uma realidade propícia à adoção de novas políticas – no âmbito estatal, social, econômico, cultural e individual.

BIBLIOGRAFIA

- Nogueira, Marco Aurélio. Um Estado para a Sociedade Civil. São Paulo: Cortez, 2004.
- Giddens, Anthony. Para Além da Esquerda e da Direita. São Paulo: Unesp, 1996.
- Ianni, Octávio. A Sociedade Global. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- Santos, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único ao pensamento universal. 10.ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

DEIVIS JHONES GARLET

PROF. DE HISTÓRIA

PÓS-GRADUADO EM PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO - UFSM

DIÁRIO DE SANTA MARIA 07/08 DE ABRIL DE 2007.